

**Entrevista concedida em 2002 por Richard Stallman ao jornalista Jorge Pontual, do canal *Globonews*.**

**Fonte:** <http://goo.gl/Rd9nU>

### **Introdução da reportagem.**

O espírito de liberdade, igualdade e fraternidade dos anos 60 continua vivo. E não é tanto nas ruas, no uso de drogas ou entre os *hippies* cada vez mais marginalizados. É no centro da chamada Nova Economia, no motor da inovação tecnológica. A Internet, o PC - o computador pessoal - e a criação dos software – os programas de computador que hoje comandam a vida moderna - tudo isso nasceu nos anos 60 e 70 e conserva, em grande parte, o espírito livre e rebelde dos jovens daquela época.

Mas essa liberdade luta contra a ocupação da Internet e da indústria do software pelos grandes interesses comerciais, que se valem das Leis de Direito Autoral e de propriedade intelectual para demarcar territórios. O Movimento pelo Software Livre começou nos anos 70 e 80, e hoje avança em todo o mundo. Calcula-se que 1/3 dos computadores ligados a Internet já usam um programa de domínio público, como o Linux, e essa fatia está crescendo.

O fundador do movimento Richard Stallman, 49 anos, preserva o espírito de rebeldia e contestação. Ele lidera a crescente comunidade de programadores que abrem mão de direitos autorais sobre sua criação. Mas software livre não quer dizer software de graça: cobrando uma quantia moderada pelas cópias, quem participa do movimento não tem os lucros astronômicos da indústria do software mas sobrevive.

O Movimento pelo Software Livre se coloca no centro de uma luta crucial do nosso tempo. De um lado os interesses comerciais, do outro aqueles que pregam o acesso livre e universal aos produtos da criação intelectual, sejam ele software, livros, música ou novos remédios. O sucesso do movimento de Richard Stallman mostra que existe um caminho aberto para a liberdade.

### **ENTREVISTA**

**Jorge Pontual** – Quando começou o Movimento pelo Software Livre, nos anos 80, quais eram as suas metas?

**Richard Stallman** – A meta era ter a possibilidade de formar comunidades de pessoas livres que usassem computadores. E, para isso, você tem que usar um software que respeite a sua liberdade, um software livre. Mas isso não existia, e tivemos que criá-lo.

**JP** – Nessa época, como funcionava o sistema?

**RS** – Não havia shareware. Nesse tempo, quase todos os programas eram propriedade de seu criador, que impunha restrições aos usuários: *“Você não pode ver o que esse programa faz, não pode modifica-lo e nem compartilhá-lo”*. Se você compartilhasse com seu próximo, era acusado de pirataria. Isso é uma visão distorcida. Para eles, ajudar o próximo equivale a atacar um navio. Eu discordo dessa visão. Acho que é legítimo partilhar programas, e as pessoas deveriam ter liberdade para isso. Mas eu não podia mudar as leis sozinho. E, como era bom em programação, decidi tentar resolver o problema criando software. Já que os programas existentes eram vetados aos uso comunitário, tínhamos que criar substitutos para eles. Tendo esse software livre, poderíamos recusar os outros, dizendo: *“Não queremos nada que desrespeite nossa liberdade.”*

**JP** – E, analisando os anos que se passaram, quais foram as conquistas do movimento?

**RS** – Nós criamos dois sistemas operacionais livres, além de diversos aplicativos livres. Hoje é possível usar o computador numa comunidade de pessoas livres, com liberdade para cooperar umas com as outras e controlar o que seus computadores fazem. Mas ainda não conquistamos uma vitória definitiva. Apenas uma minoria dos usuários de computadores entrou para a nossa comunidade, e sofremos ameaças de projetos de lei para proibir o nosso trabalho.

**JP** – Como assim?

**RS** – Nos EUA, há vários deles. Um projeto prevê que se proíba a criação de software livre para captar sinais de TVs digitais. Nós já temos esse programa para captar sinais de TV digital. E ele seria proibido. É o GNU Radio.

Outro projeto de lei que já passou pelo Congresso proíbe software livre para a reprodução de DVD, software livre capaz de decodificar bandas de áudio criptografadas. Nós tememos que surja uma nova lei, por pressão das empresas, que obrigue todo computador a ter componentes de hardware projetado para limitar os programas que você pode rodar.

**JP** – A situação dos EUA é diferente, se comparada à de outros países?

**RS** – Os EUA são o centro dessa pressão pelas restrições, mas ela está se espalhando. O país tenta impor a legislação que deseja a outros países. Em especial a lei que proíbe certos tipos de software livre, que já está vigorando nos EUA. O país quer impor essa norma aos membros da ALCA. Mas há um outro projeto já proposto que talvez nós consigamos barrar. Seria um tratado que determinaria que cada país reconhecesse as decisões judiciais tomadas em outros países. Imagine o efeito que teria isso sobre a Internet. Se você publicasse algo na Internet, qualquer pessoa em qualquer país poderia processar você segundo as leis locais, em tribunais locais e, vencendo o processo, os tribunais do seu país seriam obrigados a reconhecer. Todas as leis de qualquer lugar que restringem as publicações na Internet se aplicariam ao mundo todo. Seria um golpe terrível para a liberdade de Imprensa. Muitos países têm diversas leis que restringem o que pode ser publicado, e todas seriam globalizadas por esse acordo. A China proíbe que se critique o governo local, e ela seria parte do acordo. Temos a impressão de que os termos dele foram modificados, mas ainda não sabemos. É o Tratado de Haia.

**JP** - Tratado de Haia.

**RS** – Outro perigo são as patentes de software. Se as idéias de programas puderem ser patenteadas, ficará difícil criar software sem ser processado. Esse problema não atinge só o software livre, mas qualquer um que desenvolva software. É um sistema perigoso. Os EUA querem que outros países adotem patentes para software, e isso já foi feito em alguns. A questão vem sendo debatida na Europa no momento. E a comunidade pelo Software Livre, ciente do perigo, assumiu a liderança na luta contra as leis de patentes para software.

**JP** – Se um leigo em programação como eu quiser aderir ao software livre, o que deve fazer?

**RS** – É melhor não tentar instalar um sistema operacional sozinho. Como com qualquer sistema operacional, não é tarefa para principiantes. É melhor procurar alguém que entenda. Encontre um grupo de usuários de software livre. Nós criamos o sistema operacional livre chamado GNU que muitos usuários chamam erradamente de Linux. Na verdade, Linux é o nome de uma parte importante desse sistema operacional na versão que as pessoas usam normalmente. Procure um grupo de usuários de GNU/Linux que talvez seja chamado em sua cidade de grupo de usuários de Linux. Eles deverão instalar o sistema no seu computador e provavelmente darão as dicas iniciais. Você poderá aprender coisas com membros do grupo.

**JP** – Na luta contra as grandes corporações detentoras de software que táticas vocês usaram e com que grau de sucesso?

**RS** – Nossa luta não é especificamente contra as grandes corporações e sim contra a idéia de que um indivíduo ou uma empresa ou outro tipo de organização, isso não importa, que uma entidade em particular tenha o poder de impedir que você estude o programa no seu computador, que o modifique ou contrate alguém para fazer isso e que compartilhe cópias com seus amigos ou colegas de trabalho. Como não podíamos criar uma lei regulamentando a liberdade para fazer essas coisas, nós criamos nosso próprio software. Assim, sendo os criadores, nós pudemos autorizar as pessoas a estudar, modificar e partilhar nossa criação. Isso é software livre. Para tornar possível uma vida de liberdade no que diz respeito ao uso de computadores, nós precisávamos oferecer toda uma gama de software livre. Para cada tarefa deve haver um programa, até que seja possível fazer tudo com software livre. Ainda não oferecemos tudo, mas já temos muita coisa. Essa é nossa tática principal: nós criamos software e recrutamos programadores para nos ajudar. Hoje já são centenas de milhares deles contribuindo para o projeto do software livre, e não é só uma estimativa por alto. Temos um site de criação que reúne 400 mil pessoas. E isso é apenas parte da comunidade.

**JP** – O software criado por vocês é protegido pelo que chamam de *copyleft*. O que é isso?

**RS** – Você pode ver o termo como o avesso do *copyright*. A idéia é usarmos as leis de *copyright* não para restringir a sua liberdade, mas para protegê-la. Funciona da seguinte forma: imagine que eu criei um programa e queira

transforma-lo em *copyleft*. Primeiro, eu faço um registro do seu copyright, que normalmente significaria que o usuário fica proibido de modifica-lo ou redistribuí-lo.

**JP** – Ele é propriedade particular.

**RS** – Não gosto desse termo. O copyright não é como a posse de algo físico. É um monopólio governamental artificial. Imposto a pretexto de promover o bem comum, mas isso não é o principal. Voltando ao que estávamos falando: por definição, se algo tem um copyright, você não pode modificar nem redistribuir. Mas então nós estabelecemos que você está autorizado a redistribuir o programa, e modifica-lo e divulgar uma versão melhorada, desde que respeite certas condições, a saber: quando você distribuir qualquer coisa criada com base em alguma parte do nosso material, terá que ser também software livre com as mesmas condições, e você terá que fornecer o código-fonte. Código-fonte é um diagrama do programa que o programador pode compreender e modificar. Dizemos que você tem liberdade para usar o produto, passa-lo adiante e acrescentar coisas a ele, mas o processo todo tem que ser livre. As pessoas que pegarem o programa com você devem ter a mesma liberdade que eu lhe dei. Dessa maneira, garantimos a liberdade para todos os usuários do programa. O intermediário não pode repassar o programa suprimindo essa liberdade. Ela chega a todos.

**JP** – Se alguém quiser tomar posse de um programa que use parte de um software livre, isso não é possível.

**RS** – Se ele quiser transforma-lo em software proprietário. Isso é proibido. Ele não tem o direito de usar nosso código assim. Então, nós usamos o mesmo poder que, na maioria das vezes, serve para subjugar as pessoas para lhes dar liberdade.

**JP** – Criaram uma espécie de propriedade comunal?

**RS** – Não exatamente. Estamos criando algo como a língua inglesa ou o português, um sistema em que todas as palavras podem ser usadas por todos. Estamos criando um conhecimento comum público.

**JP** – Qual é a força do movimento no Brasil?

**RS** – Os dois países onde vi uma maior compreensão do software livre como questão política foram a Índia e o Brasil. A consciência sobre a questão é forte no Brasil. Há diversas cidades e até um estado inteiro empenhados em promover o uso do software livre.

**JP** – Que estado?

**RS** – O Rio Grande do Sul. A cidade de São Paulo abriu centros de informática para crianças de classes menos favorecidas, se não me engano, e eles só usam o software livre, por uma decisão política. Eles querem que quem esteja aprendendo tenha acesso a todo o funcionamento do sistema. Não querem lhes dar uma tela bonitinha e que permita fazer algumas coisas. Querem que as pessoas aprendam a ter compreensão total do sistema, e, com o software livre, isso é possível. O software livre é essencial para o ensino da ciência da computação, e não é preciso nem que haja uma universidade. Só é preciso ter computadores com software livre disponíveis para os adolescentes. Os que tiverem aptidão aprenderão rapidamente.

**JP** – Em muitas outras áreas, como a indústria farmacêutica, editorial e fonográfica, existe essa briga entre direitos de propriedade e o livre acesso. Como a sua experiência com o Software Livre se aplica a essas outras áreas?

**RS** – Eu quero fazer uma crítica de termos usados na pergunta antes de responder. Falar em “direitos de propriedade” para se referir a esses monopólios artificiais dá uma impressão errada, soa como se as pessoas possuíssem alguma coisa que quiséssemos tomar delas. O que elas têm é um poder artificial para controlar o resto das pessoas. Isso não é natural e não há por que existir.

**JP** – Então, como devo dizer?

**RS** – Bem, monopólios artificiais é um termo mais adequado. Agora, passando às questões que você levantou, antes de mais nada devo dizer que a questão dos remédios é muito diferente da dos livros, programas, música e tudo o que seja informação. Por uma razão: você e eu não podemos copiar remédios. Nenhuma máquina onde você coloque um remédio e obtenha 50 produtos iguais. Não é assim que a tecnologia funciona. O remédio é uma substância física, feita por uma fábrica especializada.

**JP** – Mas existe o direito de patente.

**RS** – Os remédios são patenteados, na verdade, e não registrados como copyright. A lei de copyright não se aplica a remédios. A liberação da produção de remédios nos países pobres é uma discussão importantíssima, pois é uma questão de vida ou morte para muitas pessoas. Mas o que importa aí é apenas o preço. Se forem países pobres mas com algum recurso, a permissão para fabricar remédios fará com que disponibilizem um produto mais barato do que o americano, salvando muitas vidas. É uma questão importante, mas muito diferente da discussão do software livre. Nela, a questão fundamental não é o preço, mas a liberdade para você controlar o seu computador e partilhar conhecimento com outras pessoas. E essa questão afeta a todos, mesmo nos países mais ricos, e também nos países pobres, desde que haja computadores. A maior parte da humanidade não tem recursos para ter um computador, e não é afetada diretamente pelo problema. Mas mesmo em países pobres, talvez a comunidade possa ter um computador, e, se isso acontecer, o problema os afetará. A verdade é que as empresas que detêm esse monopólio artificial e restringem a liberdade usam esse poder para tirar dinheiro das pessoas. Elas cobram caro. Em países com maior índice de pobreza, existem pessoas que não são tão pobres, que têm algum dinheiro para possuir um computador, mas não para comprar software proprietário, que sai mais caro que a máquina. E é claro que o software proprietário sempre exige os computadores mais modernos e poderosos, ao passo que o software livre roda em computadores mais antigos, que podem ser comprados usados, mais baratos. A questão dos preços acaba surgindo ao falarmos em software livre e software proprietário, mas ela é secundária. O principal é a liberdade para usar o seu computador. O computador é um mecanismo copiador. A tecnologia digital de informática é uma tecnologia para copiar e manipular informação. Aqueles que detêm o monopólio da informação não querem que você use seu computador para isso. Nesse sentido, a questão dos remédios é diferente. Mas pensando em outros tipos de informação, como livros eletrônicos e música, sendo formas de informação elas podem ser armazenados no seu computador. E você deve ter sempre a liberdade de partilhar qualquer publicação com o próximo. Com qualquer um, sem fins comerciais. É legítimo que, para alguns tipos de obra, aquelas que possam ser consideradas entretenimento, exista um sistema de copyright regulamentando a distribuição comercial delas. Isso poderia servir ao propósito geral do copyright, que é gerar renda para os autores. Mas não podemos impedir que indivíduos promovam a circulação não-comercial delas. Isso é um abuso que não pode ser justificado. É possível gerar renda para os autores sem coagir as pessoas assim, usando a força policial.

**JP** – É isso que está acontecendo com a criptografia digital?

**RS** – A criptografia é usada para muitas coisas, mas é para isso que a Microsoft quer usá-la, que outras companhias e que Hollywood quer usá-la. Eles estão usando esses recursos aliados a leis pouco éticas para tentar impedir que as pessoas também tenha computadores capazes de copiar.

**JP** – Na abertura do seu site, há uma bandeira americana com os dizeres: “América quer dizer liberdades civis. Patriotismo é protege-las.” Como a guerra contra o terrorismo afetou essas liberdades civis?

**RS** – A guerra contra o terrorismo deu um pretexto para membros do governo atacarem nossa liberdade, como já pretendiam fazer. Bush reivindicou o poder de prender qualquer pessoa sem julgamento, sem audiência e sem a oportunidade de falar com um advogado. Isso é um retrocesso à Idade Média, quando o rei podia dizer: “Para a masmorra com ele!” e só o próprio rei decidia quando tira-lo de lá. Eu me sinto ultrajado com os atos dessa pessoa que fraudou as nossas eleições. Ele fraudou os resultados, e isso já foi provado. Ele é o maior inimigo da liberdade na América hoje. Se formos comparar o perigo representado por Osama bin Laden e George W. Bush, Bin Laden talvez tenha alguns milhares de homens que só podem viver neste país às escondidas, sem acesso fácil a recurso algum. Se quiserem ferir alguém, eles precisam atravessar uma série de sistemas de segurança, conseguindo infiltrar-se neles. Já Bush atua abertamente, tem centenas de milhares de pessoas a seu serviço, e tem até o poder de criar leis, na prática. Qual dos dois é mais perigoso? Eu diria que o que temos aqui hoje é um governo do povo, pelos pelegos, para as corporações. Não há mais governo do povo, pelo povo e para o povo. Quando discutem as questões políticas com as quais eu lido, as pessoas colocam a coisa como uma batalha entre duas indústrias, como se só o interesse empresarial importasse. Isso não é democracia!

**JP** – E ainda há maneiras de mudar isso?

**RS** – Espero que sim. Vai depender de quantas pessoas se indignarem. Por isso aquela bandeira está no meu site. Quero aumentar o número de pessoas que exigem sua liberdade de volta e desejam arranca-la das garras de W.

**JP** – Obrigado. --- FIM